APRESENTAÇÃO

Quando em 1992 as ruas das capitais de todo o país foram "tomadas de assalto" pelas imensas multidões que exigiam a volta da ética à política, tinha-se a impressão de que algo de novo estava para surgir em nosso horizonte. A consciência política parecia surgir dos escombros do ceticismo, e o desejo de contribuir para a construção de um Estado moderno, livre dos entulhos corrosivos originados da identificação entre o "erário público e as finanças particulares", sugeriam o início de uma nova era. Aparentemente separadas por séculos, desde que Maquiavel lançou as bases da ciência política moderna, ética e política ensaiavam um retorno à cena social. E o que era mais surpreendente, numa sociedade recém saída do casulo do autoritarismo, e ainda sob a vigilante tutela ideológica dos epígonos do regime militarista.

O *impeachment* de Fernando Collor de Mello – caso único na história das sociedades ocidentais – desenvolvido em clima pacífico e de intensa mobilização democrática, colocava-nos, sem dúvida, no nível das sociedades industriais do Primeiro Mundo, do ponto de vista cultural. A sociedade civil organizada levantou a "bandeira" da moralidade, e o movimento estudantil renascido das cinzas, temperado pela maturidade *pluralista* da pós-modernidade, transformava a "agressividade" política de 1968 no espetáculo colorido e

ameno do universo dos "cara-pintadas". Humor e crítica substituiam as "*barricadas de maio*". Certamente, entre a UNE do passado e a que ressurge hoje existe um abismo, provocado pela banalização da cultura e pela mudança de estrutura do ensino no país. As antigas "*trincheiras*" desempenharam uma função romântica na luta desigual entre pedras e "bolas de gude", de um lado, e de outro, cacetetes e bombas de gás lacrimogêneo. Mas cumpriu, com razoável resultado, o seu papel – despertar a consciência da população para os excessos do autoritarismo, e envolver os pais – e a família, de maneira geral – na luta pela defesa dos "filhos oprimidos" pela violência do regime. Os tempos, porém, mudaram. Os aspectos negativos da incipiente, porém crescente, consciência política do novo movimento estudantil foram compensados pelo reconhecimento explícito dos novos tempos e das "novas armas", e da impossibilidade de transformar as ruas em velhos "campos de batalha". O que importa, todavia, é que o esforço do público começava a surtir efeito. Era a vingança daqueles que sentiram-se traídos pelo então Presidente da República por não ter cumprido as promessas de fazer o país entrar no Primeiro Mundo, mas principalmente pelo fato do discurso moralista comportar uma atitude oposta àquela que fazia questão de divulgar enfaticamente. Por outro lado, era a revanche dos que sempre se opuseram ao comportamento desastroso de um político arrivista em busca de planos aventureiros.

Submetendo-se ao chicote do seu próprio refrão de campanha – "*Não me deixem só*" – Collor viu-se

abandonado pelos seus milhões de eleitores, pela mídia que o apoiara e até pelos amigos mais próximos que saltaram do barco quando este começou a fazer água. A democracia tornara-se vitoriosa. Vencera finalmente a ética. Seu triunfo, no entanto, seria final? Seguramente, nosso "*outubro*" foi infinitamente menos traumático do que aquele de cerca de 75 anos atrás. As armas não passavam de argumentos, a munição materializava-se nas denúncias orais e nos documentos comprometedores, e as trincheiras resumiam-se nas manifestações de protestos nas praças e avenidas e nos debates parlamentares. Mas por menos drásticas que sejam as mudanças, elas sempre deixam suas seqüelas. A generalização sobrepõe-se aos casos particulares. O Congresso como um todo (e a política, por extensão) passa a ser visto como algo de sujo, e todo parlamentar é estigmatizado pela ausência de moralidade e honestidade. O descrédito com a política toma conta de populações inteiras e reflete-se na apatia e na decepção pelo exercício de um dos mais importantes instrumentos de ação ao alcance do cidadão moderno: o voto. O conceito de ética se confunde com o de moralidade; os valores são desprezados; a "Lei de Gerson" generaliza-se na concepção abstrata dos indivíduos, e amplia-se na atividade concreta do cotidiano da sociedade. Mas de todas as conseqüências, as mais importantes, talvez, tenham sido a superestimação do processo que culminou com a derrota do ex-presidente Fernando Collor – acreditou-se que a experiência política desses acontecimentos, ou seja, o exercício da cidadania impregnara-se, definitivamente, nos corações e nas mentes

de um povo, repentinamente e num passe de magia – e a idéia de que a ética resume-se exclusivamente ao problema da corrupção e da moralidade.

Evitou-se, com isso, enfrentar problemas mais complexos e mais profundos, como a questão de hábitos e costumes de um povo, o que poderíamos, generalizando, designar pelo nome de *ethos*. A ausência estrutural de uma tradição democrática, a congênita impossibilidade de um efetivo exercício da cidadania face à nossa eterna descrença nos poderes públicos, fruto de um modelo de desenvolvimento "prussiano" e tardio – sem mencionar a fragilidade da nossa sociedade civil que começou a tomar "consciência de si" apenas recentemente – impediu sempre – e ainda opõe obstáculos – que os movimentos sociais ultrapasassem os limites das reivindicações efêmeras. Se por um lado permanece a crença de que é possível manter uma atividade de vigilância em torno da moralidade da gestão pública, por outro, essa crença mantém-se apenas num nível de relativa abstração. É o suficiente notar que embora tenham mudado os homens nos postos fundamentais do governo, o comportamento e as práticas anti-éticas dos membros da administração pública não sofreram grandes transformações. Os escândalos deram prosseguimento a sua rotina; denúncias às ações dos novos representantes ministeriais que fazem parte do governo doméstico de Itamar Franco – a "república dos cumpadres" – tornaram-se comuns; ministros rompem preceitos constitucionais com a tranqüilidade de quem está acima dos demais mortais e para além da impunibilidade.

O que mudou então? Os nomes, ao que tudo indica. O retorno da ética à política de forma duradoura, ou melhor, de uma nova ética – já que por mais que se pense uma sociedade aética ou anti-ética pressupõe-se sempre a existência de alguma forma de reflexão sobre hábitos e costumes – pode se dar no interior de uma formação social em que a individualidade, particularmente na sua versão individualista extremada, sobrepõe-se à forma comunitária de ação e do agir cotidiano? É possível que a luta pela transformação ética, a busca pelo *ethos* desejado por todos possa ocorrer ainda neste final de século, notadamente, entre nós brasileiros? Dificilmente a indagação encontrará uma resposta consensual. Nem mesmo numa situação de ética comunitária, como era o caso da ética da Antiguidade até à Idade Média, a questão era enfrentada de modo pacífico.

A modernidade tornou o problema ainda mais complexo, na medida em que inseriu o homem num sistema de valores múltiplos em que o individualismo predomina sobre o coletivo. A atomização dos conceitos e a pulverização das concepções éticas do mundo avolumam-se em tamanha quantidade que são capazes de inundar as prateleiras de bibliotecas públicas e privadas das sociedades contemporâneas. Nem por isso respondem, com certeza ou segurança, a pergunta formulada. No nosso caso, na condição de sociedade onde o arcaico se mescla com o pós-moderno, as dificuldades são mais intensas. Ainda assim é possível a reconstrução da ética, nesse final de século? Existem perspectivas em relação a um futuro onde o *ethos* reflita sua idéia originária, em que a

preocupação com o bem público é uma preocupação comum e constante? Essa preocupação levou o Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a promover a sua III Semana de Filosofia abordando o tema que é hoje objeto de discussão em todo o Brasil.

Em princípio pensou-se tratar de um assunto em vias de saturação, dado a inúmera quantidade de seminários e debates, tanto no mundo acadêmico como na esfera da sociedade civil, de modo geral. Não obstante outros temas fossem sugeridos – inclusive a outros departamentos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), com o objetivo de realizar uma integração entre esses diversos setores, com a finalidade de favorecer um melhor relacionamento interdisciplinar – a preocupação para com a questão ética predominou entre as unidades consultadas, numa demonstração de que a matéria estava longe de sofrer qualquer espécie de esgotamento. Comprovam os fatos que se repetem constantemente envolvendo parlamentares, empreiteiras, homens públicos, no mais novo (pelo menos até o momento em que estas linhas eram escritas) e triste "espetáculo" nacional que tornou-se conhecido como o "Escândalo do Orçamento".

Esses eventos, detonados publicamente, quase no mesmo instante em que ocorria o Encontro – 18 a 22 de novembro de 1993 – não contribuiram apenas para "enriquecer" a discussão ética, política e filosófica originada do embate acadêmico. Antes de mais nada, apontaram para a necessidade prática de uma revisão de valores, valores estes que busquem formas alternativas

para uma sociedade fundada sobre o *ethos* da individualidade extrema. Certamente é ilusório repensar ou recriar valores exclusivamente a partir dos gabinetes acadêmicos, auditórios universitários ou mesmo por meio de comunicações restritas como publicações de textos em revistas especializadas ou livros, numa sociedade em que mais da metade da população sequer pode ter a certeza de que fará uma refeição frugal no dia seguinte.

Contudo, mais grave do que a discussão "confinada" aos *campus* das universidades, e aos limitados recintos capazes de abrir suas portas à participação de um público reduzido disposto a ouvir o "discurso ético", é a cumplicidade com a omissão e o silêncio, quando não com o ceticismo crônico que já invade o universo intelectual. Nesses momentos de dúvidas e incertezas, em que "o velho está morrendo e o novo não tem condições de nascer", assumem em nossas mentes lembranças sombrias de um passado não muito distante. Para além dos exemplos de crise da eticidade, encontram-se quase sempre presentes as crises de representação. Numa ocasião dessas, invocar filosoficamente Nietzsche, cujo niilismo terminou por nos endereçar aos labirintos do autoritarismo ou invocar, politicamente, a proteção de algum *Luís Napoleão*, sempre acreditanto que o golpismo é a solução para todos os nossos males (hoje é moda referir-se a esse fenômeno pelo nome de *fugimorização*) é uma atitude tão comum que já nos habituamos a pensar que nada existe após os umbrais do horizonte.

Com efeito, pode parecer muito pouco para quem tem o poder da persuasão e o acesso à mídia – cada

vez mais estreito numa época em que predominam os interesses privados – e a vantagem de possuir um "capital" precioso negado à grande maioria da nossa população: o conhecimento. Mas talvez essas iniciativas não sejam insuficientes para os parâmetros de uma região cujas possibilidades de sobrevivência estão muito aquém das questões éticas. "Primeiro viver, para depois filosofar", já diziam os antigos. Ao promover um debate filosófico com a aceitação – e contribuição – praticamente unânime dos departamentos que compõem o CFCH, e uma média diária de público que, se não atingiu proporções extraordinárias, não submeteu a organização da *Semana* ao vexame da indiferença, acreditamos ter cumprido um papel de relativa importância na vida acadêmica.

A divulgação das intervenções realizadas durante o conclave servirá, quando menos, para ampliar a discussão ao atingir um público que não teve a oportunidade de participar das nossas preocupações. É possível que o enfoque dos trabalhos aqui coletados desagrade a muitos. Outros, provavelmente, encontrarão nestas páginas argumentos para continuar a pensar que o mundo também pode ser feito de esperanças. Nem sempre um sonho que se acaba pode ser visto como a perda irreparável da expectativa de um mundo melhor. Às vezes, é como despertar de um pesadelo. A realidade pode ser amarga e freqüentemente dura de encarar. Mas é preferível enfrentar a aflição do real a combater a opressão onírica de monstros de fumaça a desfazerem-se e recomporem-se diante da nossa impotência. Apesar dos muitos desencontros, das visões de mundo apocalípticas ou das

oferendas simplórias e evanescentes de paraísos que transformam seres humanos, quer em máquinas, quer em sub-produtos de sua própria espécie, ainda há espaço e tempo para resistir ao desespero. No lugar do niilismo erguem-se, ainda, construções utópicas, pensamentos vivos, no sentido de que a sociedade desejada está ao alcance de nossas mãos. Um salto um pouco mais alto poderá nos ajudar a segurá-la.

Os textos que compõem este volume foram o resultado dessas reflexões nos cinco dias de acesos debates e intensas propostas, levadas a efeito por professores da UFPE e intelectuais e políticos pernambucanos. É preciso compreender que a diversidade de enfoques disciplinares em torno de um tema comum deve-se à própria forma plural que caracterizou a realização da *Semana de Filosofia*. Abrangendo intelectuais de diversos campos, é óbvio que a proposta deveria refletir, necessariamente, as mais variadas visões sobre os valores culturais – particularmente os valores éticos – bem como o estilo e a linguagem específica de cada participante. Afinal, as exposições tanto se deram na forma de conferências como em explanações a partir de trabalhos, cujos modelos mais apropriados poderíamos denominar de artigos. Infelizmente, alguns trabalhos não puderam ser divulgados nesta coletânea, quer pelo compromisso assumido com outras publicações, quer pelo acúmulo e excesso de encargos profissionais que privaram alguns dos participantes de elaborar ou trabalhar mais detalhadamente as notas a partir das quais expuseram suas concepções.

Seria por demais enfadonho comentar, exaustivamente, cada um desses artigos, além de correr o risco de interpretar cada autor de modo equivocado. Os ensaios – conferências, palestras, exposições ou qualquer outro nome que se lhes dê – falam por si mesmos. Contudo, vale a pena uma 'invasão" resumida ao ponto central de cada texto aqui apresentado. O presente volume inicia-se com o ensaio do professor Vincenzo Di Matteo, que analisa a relação entre ética e o mundo da mente, uma vez que parece não existir, na sua interpretação, a possibilidade de se encontrar um lugar para a ética no centro desse universo, que em seu trabalho procurou denominar de *"psi"*. Afinal, psicanálise e psicologia lidam com fatos e não com valores. Embora não proponha qualquer solução salvadora, o professor Vincenzo Di Matteo sugere a formação de um novo *ethos* para o homem e o mundo de hoje, "sem os extremos da insegurança do universo demasiadamente aberto, nem a asfixia das pressões exageradas".

Em seguida, o professor Antônio Paulo Rezende analisa a cultura brasileira como uma utopia invertida. Para ele, o "narcisismo" do vencedor faz com que o respeito da memória histórica adquira a dimensão do fetiche. A derrota do vencido e, por assim dizer, a anulação de sua própria condição humana. Assim, a história do mundo moderno – incluindo a experiência brasileira – parece absorver um tom pessimista. Sem mencionar expressamente, o autor faz a crítica à ética do presente utilizando elementos do nosso passado.

O professor Fernando Magalhães, analisando a proposta ético-política nos inícios da modernidade, faz uma interessante relação desta proposta com a alegada modernidade da política brasileira, principalmente no governo Collor. O Presidente não pode ser outro Príncipe maquiavélico. A renovação político-social de hoje deverá ter como parâmetro fundamental integrar o homem social e eticamente na comunidade.

Após as análises do professor Fernando Magalhães segue a contribuição do professor Luiz Cavalcanti Lacerda, que busca uma vinculação entre a ética e a antropologia. O autor faz relevantes considerações sobre o caráter ético da Antropologia Biológica, campo onde as críticas são intensas. Embora respaldado pelos argumentos de uma ampla literatura sobre o assunto, o professor prefere não discutir o mérito do problema, considerando todos os questionamentos válidos para a retomada da vitalidade do pensamento antropológico. O professor José Gama, que trabalha na perspectiva de uma filosofia da cultura, insere esta última no mundo dos valores. Refletindo sobre os valores culturais, terreno em que parece brotar – pelo menos tacitamente – no texto do autor, o conceito de ética. Uma vez que a cultura é definida de forma ampla, o autor discute o tema tanto nos seus aspectos abstratos como no seu modelo histórico-ontológico, isto é, vinculando-o a uma dimensão mais concreta, ao drama do cotidiano da vida humana. Em seguida, o professor Inácio Strieder discute a ética como um projeto humano de criação histórica. Ao relacionar a ética a certos pressupostos

ontológicos, ressalta que a prioridade do desenvolvimento histórico está condicionada à oferta de condições mínimas de vivência do ser humano. Aliás, o passado tem sido uma fonte inesgotável de inspiração intelectual, tanto como modelo, quanto para a idéia de processo. No seu artigo, o professor A. Jorge Siqueira invocou a memória da Grécia antiga para sugerir que se repense a origem da perda do ethos grego que, antes de ser uma obrigação era uma opção, uma escolha. Para ele a modernidade aprisionou a ética com seus instrumentos técnicos, deixando grandes lacunas e – como diz, citando Adauto Novaes – uma consciência formada de "nadas cotidianos". Daí a necessidade de incorporar à ética as dimensões do desejo, do sonho, das paixões, enfim, da própria vida vivida na prática.

Já o professor George Browne Rêgo apresenta um enfoque filosófico da ética e da tolerância, mas com implicações jurídicas. Aqui o autor se preocupa com o desvelamento de alguns postulados éticos inerentes à essência do Direito, que implicam necessariamente a tolerância. O artigo examina em que medida tais valores foram transmitidos e conservados no espírito e na cultura filosófico-normativa das sociedades. Por seu lado, o professor Luciano Oliveira vislumbra, a partir da experiência concreta do nosso dia-a-dia, que provoca uma sepração entre um país legal e outro real ("a experiência da ética e a dureza dos dados sociológicos"), uma dupla ética: a dos oprimidos e a dos opressores. A universalidade ética só materializaria suas possibilidades se realizada através de políticas que reduzam as desigualdades sociais sob cujo

império nós vivemos. Como último artigo desta revista publicamos uma aguda crítica ao projeto arquitetônico da pós-modernidade que, segundo a professora Sônia Marques, trabalha no sentido de abrir mão de todo compromisso social. Embora reconheça uma certa exaustão do modernismo, e por isso deve-se partir em busca de uma nova linguagem – pois é preciso, segundo ela, reconhecer as transformações sociais em curso – a autora não parece confiar na proposta pós-moderna que, por aparentar certo ecletismo levanta bons problemas por caminhos equivocados. Ao promover a crítica da cultura pós-moderna, o texto da professora Sônia Marques não apenas expõe a necessidade de evitar o ardil da teoria do avestruz – desconhecer o óbvio – como dá a impressão de reconhecer a dimensão ético-utópica contida nos valores sociais da sociedade de um modo geral.

Por fim, resta-nos, sobretudo, o consolo de saber que numa época dominada pela especialidade e pelo imediatismo do conhecimento, pela particularidade e pelo afã de resultados rápidos, ainda há quem se preocupe com as visões gerais de mundo, a reflexão crítica, e com os aspectos filosóficos de um tempo histórico que reivindica para si a condição de "fim da história". A participação daqueles que entenderam o esforço e o objetivo da proposta – tanto na condição de público como na qualidade de debatedor ou autor destes trabalhos – é o nosso prêmio. Esperamos que a **Ética no Final do Século XX: Problemas e Perspectivas**, tema geral da *Semana*, tenha servido, para levantar questões que, difíceis de solucioná-las, pelo menos apontem, ainda que de forma

tênue, caminhos que nos conduzam a um futuro em que a ética não esteja tão fortemente afastada da política como parece ocorrer nos dias de hoje.

Fernando Magalhães